motociclos eléctricos. O respectivo plano levou a um aumento significativo do rácio de motociclos eléctricos em Macau e impulsionou o sector a introduzir gradualmente mais marcas e modelos de motociclos eléctricos, aumentando ainda mais a taxa de generalização de motociclos eléctricos. Posteriormente o Governo da RAEM prolongou o prazo de candidatura ao "Plano de Concessão de Apoio Financeiro" para 31 de Março de 2023, de forma a incentivar a participação no plano de um maior número de proprietários de motociclos.

Simultaneamente, o Governo da RAEM exortou as sociedades de transporte público colectivo a proceder gradualmente ao trabalho de abate e substituição de veículos motorizados velhos, exigindo ainda que todas as entidades públicas comprassem, na medida do possível, automóveis e motociclos puramente eléctricos aquando da aquisição e substituição de veículos motorizados, e que todos os novos edifícios de escritórios do Governo e de habitação pública fossem equipados com instalações de carregamento de veículos eléctricos. Em articulação com o plano de promoção de veículos eléctricos, o Governo da RAEM concluiu a instalação de mais 2100 postos de carregamento de automóveis e 500 pontos de carregamento de motociclos eléctricos nos 42 parques de estacionamento públicos, em resposta às necessidades de instalações complementares de automóveis e motociclos eléctricos.

De forma a promover ainda mais a política de "limitação do uso de plástico", o Governo da RAEM proibiu a importação e o trânsito, na RAEM, de palhinhas descartáveis de plástico não-biodegradável para bebidas e agitadores descartáveis de plástico não-biodegradável para bebidas, a partir de 1 de Janeiro de 2022, e continuou a implementar o trabalho da conservação energética, redução de emissões e protecção ambiental por diversos meios para construir conjuntamente com a população uma cidade verde e habitável.

Defender com Firmeza a Segurança do Estado e Desenvolver, de Forma Contínua, o Ensino Patriótico

A segurança do Estado constitui a pedra basilar para defender a segurança da vida e dos bens dos cidadãos. Nesse sentido, o Governo da RAEM tem, desde sempre, considerado o trabalho relativo à defesa da segurança nacional e segurança urbana como primordial e essencial.

Rever a Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado à medida da evolução dos tempos

Em 2022, visto que se verificaram mudanças preocupantes na situação de segurança internacional e regional, adicionada às preocupações relativas ao novo surto pandémico, Macau enfrentou vários desafios no domínio da segurança. A implementação da "Lei n.º 2/2009 - Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado", além de demonstrar o cumprimento da RAEM do seu dever previsto no artigo 23.º da Lei Básica da RAEM da República Popular da China, tem produzido, até então, efeitos importantes de incentivo à defesa da segurança do Estado e da ordem social em Macau. Para responder eficazmente aos complexos e variados riscos relativos à segurança, salvaguardar efectivamente a estabilidade a longo prazo do País e de Macau, bem como garantir a implementação estável e duradoura do princípio "um país, dois sistemas", é necessário que a Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado acompanhe a evolução dos tempos, adaptando-se para satisfazer as actuais necessidades e os requisitos objectivos relativos à defesa geral da segurança nacional. Razão pela qual, o Governo da RAEM tomou a revisão da "Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado" como um dos trabalhos legislativos prioritários, realizando, no dia 22 de Agosto de 2022, uma consulta pública sobre a revisão da Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado, com a duração de 45 dias.

A presente revisão foi realizada de acordo com "quatro princípios", "cinco orientações" e "seis prioridades". A consulta pública foi extensa e feita na perspectiva de que a Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado alterada tivesse em consideração as necessidades de prevenir os crimes contra a segurança do Estado e de proteger direitos humanos, bem como resolver os problemas e as insuficiências da lei vigente, fazendo com que esta alcançasse o mesmo nível de defesa das leis do País e da RAEHK e que a RAEM cumprisse o mesmo padrão de segurança nacional, de modo a melhorar a capacidade da RAEM no âmbito da coordenação e gestão dos assuntos relativos à defesa da segurança do Estado e salvaguardasse efectivamente a soberania, a segurança e os interesses do desenvolvimento do Estado, bem como a continuação da prosperidade e da estabilidade da sociedade de Macau.

Para recolher, de forma ampla, as opiniões e sugestões da população em geral, o Governo da RAEM organizou, durante o período da consulta pública, várias sessões de consulta destinadas ao público e aos diversos sectores, nomeadamente político e jurídico, económico, social, cultural, transportes e obras públicas e ao sector da administração e justiça. Responsáveis competentes do Governo efectuaram, por sua vez, sessões de intercâmbio com o público sobre o conteúdo da consulta, por várias vias, nomeadamente através de conferências de imprensa, sessões de esclarecimento temático, programas de actualidade da rádio e televisão. No decurso da consulta pública, o Governo da RAEM compilou 111.049 opiniões temáticas com base nos 5937 pareceres e propostas recolhidos. De acordo com a síntese e análise das opiniões do relatório final, publicado a 7 de Novembro, 93,37 por cento das opiniões mostraram-se a favor da revisão e

0,40 por cento contra, o que demonstrou que a revisão à lei tinha o apoio general da sociedade.

Após o pleno estudo e análise das opiniões da população sobre a revisão à lei, o Governo da RAEM submeteu, no dia 2 de Dezembro, a proposta da lei intitulada "Alteração à Lei n.º 2/2009 - Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado", à apreciação da Assembleia Legislativa. A proposta de lei prevê que o "segredo de Estado" é regulado por legislação própria. Para articulação com os trabalhos de revisão da Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado, o Governo da RAEM elaborou a proposta de lei intitulada "Lei de Protecção do Segredo de Estado", que foi submetida à apreciação da Assembleia Legislativa, a fim de assegurar a protecção adequada e rigorosa do segredo de Estado.

Aperfeiçoamento contínuo do sistema de defesa da segurança nacional

O assessor e assessor técnico para os assuntos de segurança nacional junto da Comissão de Defesa da Segurança do Estado da RAEM, cujos postos foram criados no final de Novembro de 2021, iniciaram oficialmente o exercício das suas funções em conformidade com a lei, a partir de 21 de Março de 2022. O Conselho de Estado nomeou o director do Gabinete de Ligação do Governo Popular Central na RAEM, Fu Ziying, como assessor para os assuntos da segurança nacional da Comissão de Defesa da Segurança do Estado da RAEM e o subdirector e o director-geral, Zheng Xincong e Yin Shuhua, respectivamente como assessores técnicos para os assuntos da segurança nacional da Comissão de Defesa da Segurança do Estado da RAEM.

O Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, referiu, na primeira reunião plenária de 2022 da Comissão de Defesa da Segurança do Estado, que, tendo em conta que a situação geral da segurança se tem agravado e tornado mais complexa desde o final do ano anterior, a Comissão iria prosseguir as orientações contidas nos importantes discursos proferidos no dia 1 de Julho do ano passado pelo Presidente, Xi Jinping, nos discursos proferidos por outros dirigentes do Governo Central e nas importantes orientações e instruções do Governo Central transmitidas pelo assessor para os assuntos de segurança nacional. Tirou-se partido do pleno exercício de funções do assessor para os assuntos de segurança nacional e dos assessores técnicos para os assuntos de segurança nacional como novo ponto de partida para unir esforços, trabalhar com maior exigência, implementar uma mentalidade e visão mais aberta, no sentido de conferir uma organização eficiente dos trabalhos de forma mais proactiva e minuciosa, bem como para efectuar uma avaliação perspicaz, detectar oportunamente e resolver com alta eficiência os riscos de segurança ocultos. Sob as boas bases estabelecidas, a Comissão continuará a organizar correctamente as matérias relativas à segurança do Estado e ao desenvolvimento, bem como ao trabalho de segurança tradicional e não tradicional, complementando os pontos fracos relativas às diferentes áreas da segurança, para reforçar a defesa, com o objectivo de aperfeiçoar e complementar o sistema de segurança do Estado para conseguir resistir mais efectivamente aos diferentes tipos de riscos e ameaças prejudiciais ao Estado e à RAEM, assim como para defender, com todos os esforços, a estabilidade do Estado e da sociedade de Macau e providenciar condições mais favoráveis à recuperação económica.

Sendo a segurança cibernética uma parte importante da segurança nacional, o Governo da

RAEM tomou a iniciativa de se conectar com a recondução digital do Estado, elaborando a política de segurança cibernética, de modo a acelerar a melhoria do nível da construção da segurança cibernética de Macau. O "Regime jurídico da intercepção e protecção de comunicações" que entrou em vigor a 1 de Agosto, visa adaptar-se efetivamente ao desenvolvimento da tecnologia informática, garantir melhor a segurança pública e fornecer melhor proteção dos direitos fundamentais dos residentes.

Aumento do sentido de identidade nacional e da atenção ao desenvolvimento nacional

O Governo da RAEM continuou a desenvolver acções de educação de Amor pela Pátria e por Macau e de educação sobre identidade nacional. De 16 a 22 de Outubro, teve lugar em Pequim o 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China. O Governo da RAEM liderou os diferentes sectores da sociedade para aprender e compreender de forma plena o espírito do 20.º Congresso. No dia 1 de Dezembro, a convite do Governo da RAEM, membros da Delegação Central de Divulgação sobre o Espírito do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China chegaram a Macau, realizando duas sessões de divulgação sobre o espírito do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China. Nas quais, participaram cerca de mil pessoas, designadamente os titulares de principais cargos do Governo da RAEM, dirigentes de serviços públicos e outros oficiais do Governo, membros do Conselho Executivo, deputados à Assembleia Legislativa, responsáveis dos órgãos judiciais, representantes de Macau junto do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, representantes de associações, dos sectores industrial e comercial, profissional, de educação, da comunicação social e de jovens, entre outros.

No dia 15 de Abril de 2022, foi inaugurada a "Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional". A exposição, através de legendas, imagens e vídeos, apresentou principalmente o desenvolvimento integrado do País e da segurança nacional, a perspectiva geral da segurança nacional, a forma como foram enfrentadas as mudanças inéditas nos últimos 100 anos e a pandemia deste século, bem como os resultados obtidos com a promoção da segurança nacional na nova era, assim como as medidas implementadas e os resultados alcançados pelo Governo da RAEM no âmbito da defesa da segurança nacional e do progresso do princípio "um país, dois sistemas", tendo sido muito bem recebida, desde a sua abertura, por todos os sectores da sociedade. A diversidade das formas de exibição atraiu um número elevado de visitantes, incluindo membros de associações cívicas, organizações juvenis, escolas e grupos de funcionários públicos e de empresas privadas. Até 15 de Maio, o dia de encerramento, a Exposição recebeu, no total, mais de 58 mil visitantes, marcando um novo recorde. Entretanto, o website temático registou um número de visualizações superior a 380 mil, o que revela uma base sólida no que diz respeito ao patriotismo e ao amor por Macau na sociedade de Macau.

Os serviços públicos do Governo da RAEM, o sector educativo e associações populares desenvolveram de forma proactiva actividades de diversos tipos, no sentido de reforçar o sentido de identidade e pertença nacional e a Macau no seio da população, especialmente, entre os jovens.